

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS
HUMANOS

ESPECIALIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO, DIREITOS CULTURAIS E
CIDADANIA

MÓDULO II

Disciplina: **Patrimônio Cultural Goiano/Tocantinense**

Carga horária: 30 horas

Professora autor: Manuel Ferreira Lima Filho

Formadora: Carla Welbia Dias

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos
Humanos da Universidade Federal de Goiás (NDH/UFG)
Praça Universitária, s/n, Setor Universitário
Goiânia - Goiás - Brasil CEP: 74.605-220
(Faculdade de Direito – Espaço Casa do Vadinho – subsolo)
Telefone: (62) 3209 6022

1. Ponto de partida: apresentação do professor

Sou professor e pesquisador da Universidade Federal de Goiás na Faculdade de Ciências Sociais e no Museu Antropológico. Trabalho com a docência e pesquisa há mais de 28 anos, tendo sido professor Titular da PUC-GO, ocasião em que coordenador do mestrado profissional em gestão do patrimônio cultural. Atualmente sou professor dos programas de pós-graduação em Antropologia, programa de pós-graduação em Sociologia da UFG e colaborador do Programa de pós-graduação em Ciências da Religião da PUC-GO. Sou diretor da Associação Brasileira de Antropologia e pesquisador do CNPq. Tenho atuado ao longo destes anos no campo do conhecimento da etnologia indígena, patrimônio cultural e antropologia do desenvolvimento. Segue meu Lattes para maiores detalhes: <http://lattes.cnpq.br/9114125597206149>

2. Ementa da disciplina

Conceitos da noção de patrimônio cultural na perspectiva mundial e nacional e sua correlação com os contextos regionais e locais. Referências Culturais e perfis identitários de Goiás. Grupos subalternos e patrimônios culturais na perspectiva da cidadania patrimonial.

3. Objetivos

Apresentar os principais referenciais teóricos do patrimônio cultural, notadamente a trajetória do conceito no Brasil e a partir daí refletir sobre o patrimônio cultural goiano relacionado com as políticas públicas e o acesso à cidadania de modo especial aos grupos subalternos.

4. Objetivos específicos

- a) Mapear as referências culturais do estado de Goiás.
- b) Identificar os diversos grupos étnicos e sociais relacionados ao tema.

- c) Refletir sobre os conceitos do patrimônio e as políticas públicas patrimoniais.
- d) Estender a reflexão da inserção patrimonial além da política de Estado oficial.

5. Apresentação do conteúdo

- TEMÁTICA 1 – Patrimônio Cultural e trajetórias conceituais
- TEMÁTICA 2 – Mapeando o patrimônio cultural goiano

6. Metodologia utilizada

O curso seguirá a metodologia do modo Educação a Distância – EAD. Essa modalidade conta com atividades realizadas de modo especial no ambiente virtual com uso de diálogos interativos, uso de imagens fixas e em movimento autorizadas, debate de textos bases/complementares e saneamentos de dúvidas e orientações on-line.

7. Avaliação da disciplina

Será contínua, por meio da participação dos alunos em chats, fóruns, etc. Além do cumprimento das atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, no decorrer da disciplina.

8. Guidelines para as temáticas do curso

Temática 1 – Patrimônio Cultural e trajetórias conceituais

Tópicos

- O tema do patrimônio cultural esteve em sua gênese conceitual relacionado nos séculos XVII e XVIII aos países com França, Alemanha e Inglaterra que buscavam colar o tema da identidade nacional ao processo de construção da nação por meio dos monumentos que seriam metonímias nacionais, isto é representativos materiais do espírito, do rosto de um modo de ser e de pensar de uma nação.

Portanto, o tema opera com poderoso instrumento simbólico de construção de nacionalidades.

- Contudo, isso não fica apenas nas narrativas, sendo transportado para as legislações positivas dos países. Sendo assim, os monumentos e objetos e, portanto, a cultura material de uma maneira em geral são focos de narrativas e documentos legislativos.
- A noção de tombamento desses Estados-nações passa a ser pensada no contexto de rituais de reificação de um modo de classificar, legislar e repassar valores em escalas hierárquicas como se fossem naturalizadas, como propriedade certas, inquestionáveis: o belo e o feio, o artístico e o vernacular, o mais representativo, o menos representativo, o sagrado, o profano.
- Identificado essa primeira fase da instalação do conceito de patrimônio da nação, outro fator em escala nacional insere a questão da perda, do desastre, da proteção ao tema e sua políticas correlatas: as guerras mundiais.
- Isto coloca em pauta a necessidade de formulação de políticas internacionais para se proteger os patrimônios culturais da humanidade. A noção de tombamento ganha força internacional e a UNESCO (1945) toma frente na articulação de políticas de implementação do selo de patrimônio da Humanidade, de modo especial nas décadas de 1950 e 1960, com a intenção de proteger os bens móveis e imóveis. Ressaltam-se as campanhas internacionais para a salvaguarda de monumentos com os templos da Núbia (1960) e monumentos de Veneza e Florença (1966) o que mais tarde resultou na Convenção da UNESCO de 1972.
- No Brasil, as primeiras leis a fim de proteger o patrimônio Cultural do país são elaboradas na Bahia, Recife e Minas Gerais.
- No governo do Estado Novo, Mário de Andrade elabora um anteprojeto que resulta na criação do SPHAN, mais tarde IPHAN, que é operacionalizado pelo Decreto 22 de Novembro de 1937 até hoje em vigor no país. O foco principal é a proteção dos monumentos barrocos

de Minas Gerais, Salvador, Recife, Olinda e Rio de Janeiro e as cidades históricas como Ouro Preto, Mariana, Diamantina, entre outras.

- Nessa perspectiva da “retórica da perda” como refletiu José Reginaldo Gonçalves, a política patrimonial brasileira segue, por um lado buscando proteger o legado patrimonial material colonial principalmente, mas seguindo princípios autoritários, classificatórios com hierarquias de saberes de especialistas (arquitetos e historiadores) e relegando outras referências culturais imateriais, o folclore, os saberes regionais e locais que não se encaixavam no critério da excepcionalidade definido pelo Decreto de lei.
- Em 2000, o governo brasileiro edita o Decreto 3551 de dezembro, buscando uma reparação histórica com relação ao reconhecimento do patrimônio imaterial ou intangível do Brasil, agora tendo como categorias principais a noção de cultura na perspectiva antropológica, os saberes e fazeres, as festas e tradições populares e étnicas, os lugares, as expressões artísticas e culturais. Mas, novamente seguem as diretrizes da UNESCO com relação ao patrimônio imaterial internacional. E a ideia de relevância do bem continua a trazer das velhas políticas patrimoniais as hierarquias classificatórias.

a) **Orientação pedagógica:**

Tendo em vista esses principais tópicos da trajetória epistemológica do tema do patrimônio cultural, ler as bibliografias obrigatórias, e como apoio as complementares, e identificar os tópicos, correlacionando-os com as principais referências culturais mundiais do mundo e do Brasil.

b) **Recursos:**

site da UNESCO

<http://www.unesco.org/new/es>

site do IPHAN

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do;jsessionid=98FA5C6A24C859B363938A80F6A075CA>

OBS. Pesquisar de modo especial os dossiês de tombamento no site do IPHAN no Arquivo Noronha Santos

c) Bibliografia Obrigatória.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônios Culturais e Narrativos Nacionais. In.: *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ/Minc-Iphan.

CANCLINI, Néstor García. O povir do passado. In.: *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp. 2003.

SILVA, Fernando Fernandes da. Os bens culturais protegidos pela Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. In.: *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da Humanidade*. São Paulo: Edusp. 1996,.

KERSTEN, M. S. de Andrade. Trajetórias da construção do patrimônio no Brasil. In.: *Os rituais de tombamento e a Escrita da História*. Curitiba; Editora UFPR. 2000.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira. *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 606-632, jan. 2009. ISSN 1678-9857. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27320/29092>>. Acesso em: 14 Jul. 2014.

d) Bibliografia complementar

ARANTES, Antonio. Sobre Inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaios de antropologia pública. In.: *Anuário Antropológico 2007/2008*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro. 2009.

BRASIL, *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Mário de Andrade*. (Organização de Marta Rossetti Batista) N.30. Brasília: IPHAN. 2002.

BRASIL. *O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossiê final das atividades da comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN. 2006.

BRASIL, *Coletânea de Leis sobre a preservação do patrimônio*, Rio de Janeiro: IPHAN. 2006.

BRASIL, *Cartas Patrimoniais*. (organizadora Isabelle Cury). Rio de Janeiro: IPHAN. 2000.

FONSECA, Maria Cecília L. Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio. In.: *Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos* (Organizadores Regina Abreu e Mário Chagas). Rio de Janeiro: 2009

FONSECA, M. Cecília Londres et al. (2001), *Revista Tempo Brasileiro* 147. Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. Os Limites do Patrimônio. In.: *Antropologia e Patrimônio Cultural - diálogos e desafios contemporâneos*. (Organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Cornélia Eckert e Jane Beltrão). Blumenau: Nova Letra. 2007

GOIÂNIA – *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura. 2010.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Paisagens patrimoniais e o jogo do tempo em Williamsburg (EUA) e Outro Preto (Brasil). In.: *Paisagem e Cultura – dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade* (Organizadores Flávio Leonel Abreu da Silva e Cristina Donza Cancela). Belém: Editora da UFPA. 2009.

Temática 2 – Patrimônio Cultural Goiano/Tocantinense

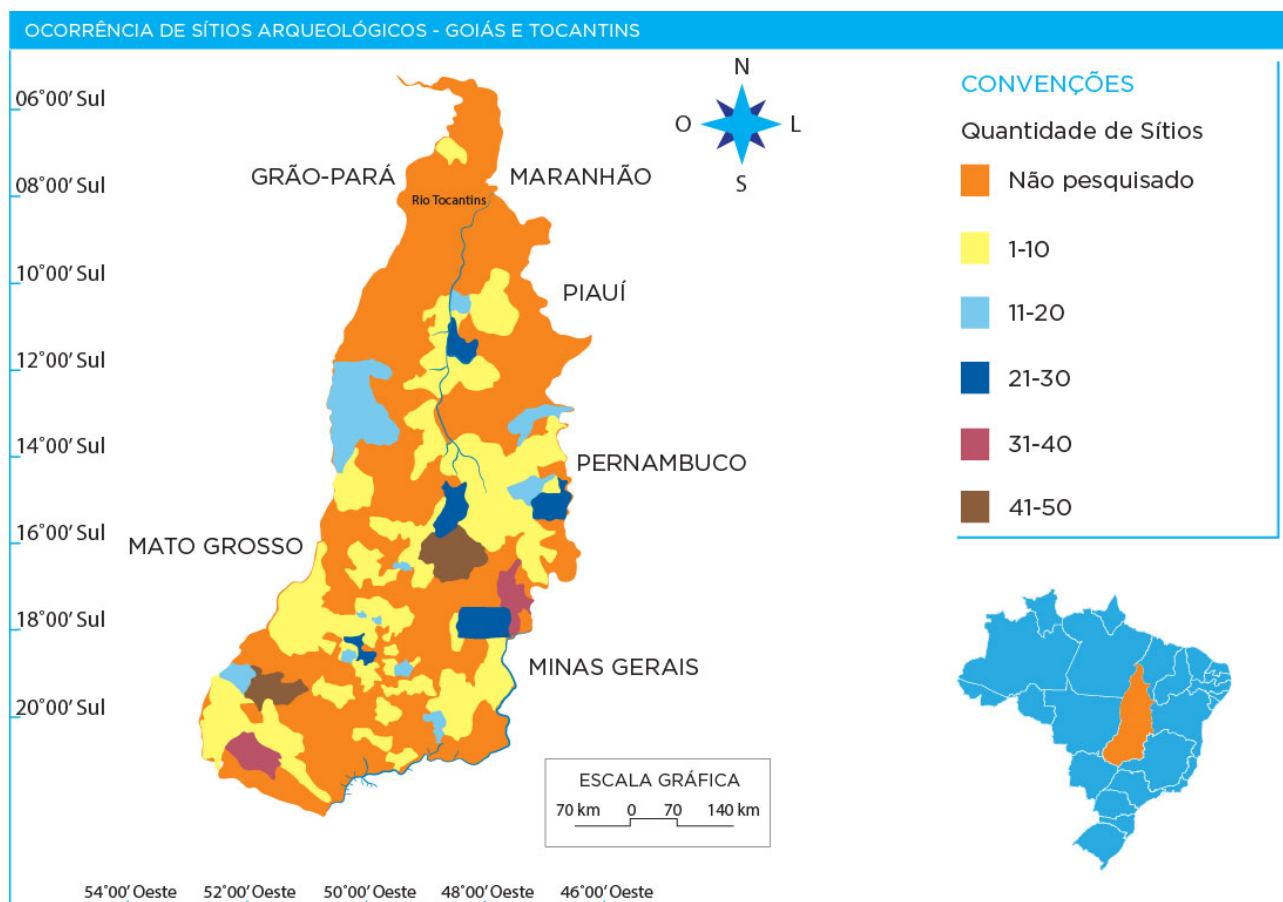
Manuel Ferreira Lima Filho
UFG/CNPq

Não encontramos, até o momento, um texto síntese que retrate de maneira global as principais referências culturais, ou seja, os bens culturais indexadores do que normalmente se referem ao patrimônio cultural goiano. É preciso esclarecer que por conta da trajetória histórica dos estados de Goiás e Tocantins iremos considerar os dois estados e, portanto, acrescentaremos o nome Tocantins no título do texto referente à nossa disciplina.

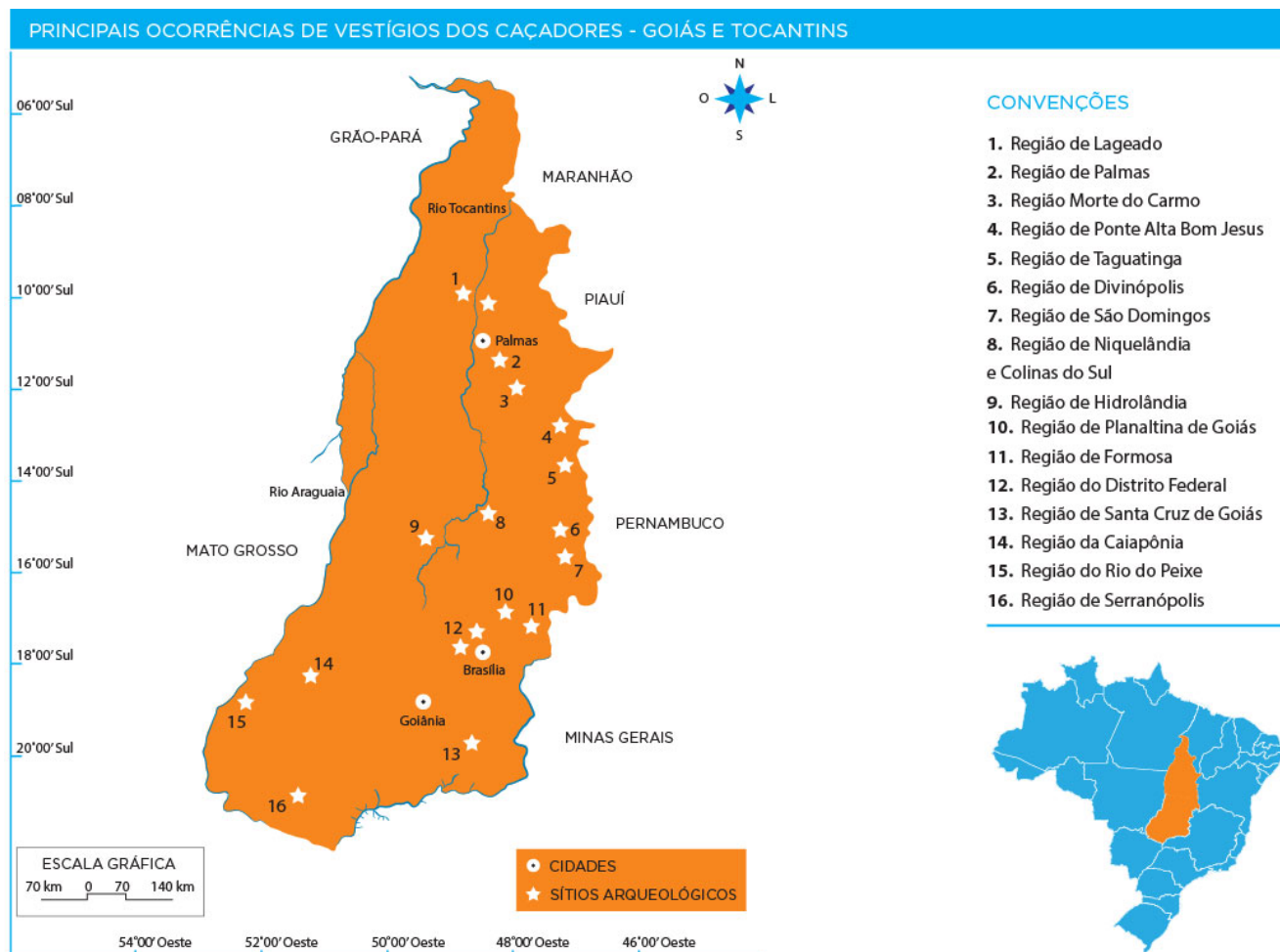
Por questão de recursos didáticos, adotaremos a linha temporal crescente, ou seja, iniciando com tempos pré-coloniais e depois tempos históricos e, por fim, referenciais culturais contemporâneos.

A ocupação pré-colonial em território goiano e tocantinense recua há muito no tempo. Os arqueólogos normalmente consideram essa primeira ocupação de Tradição Itaparica que representariam caçadores coletores que tinham as rochas duras como sua principal fonte de confecção de artefatos como pontas de flechas, raspadores, moedores que são conhecidas como indústria lítica. Apesar de datas antigas referentes à ocupação humana no Brasil ganhar calorosas discussões, o certo é que as datações seguras para as terras goianas que indicam a presença humana mais recuada no tempo se referem ao nono milênio a.C (antes de Cristo), ou seja, entre 9.000 a.C até 6.500 a.C., relacionadas aos vestígios materiais pesquisados nos municípios de Caiapônia, Niquelândia, Planaltina de Goiás, Serranópolis e Uruaçu. No estado do Tocantins, os vestígios mais antigos foram registrados no município de Lageado (ROCHA, MORAES e WUST, 2001: 17)

Mapa de Sítios Arqueológicos em Goiás e Tocantins. Imagem adaptada de: Wust, (2001: 17).



Mapa da Presença de Caçadores Coletores em Goiás e Tocantins . Imagem adaptada de: Wust, (2001:19).



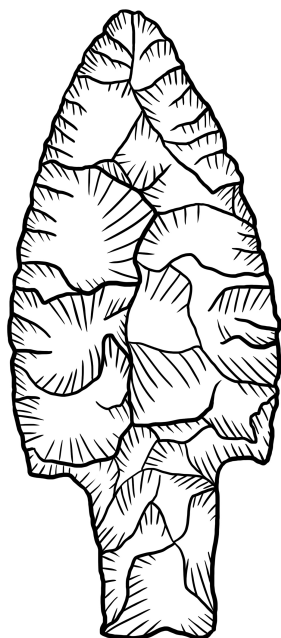
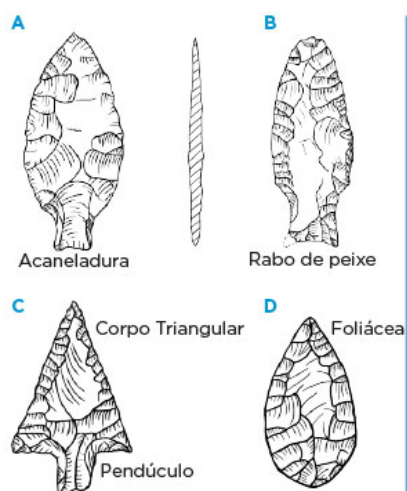
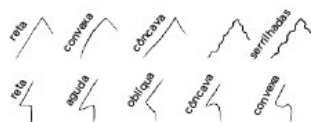


Imagem adaptada de: Wust (2011: 18)

PONTAS DO PROJÉTIL



Bordas



Pendúculo



Polimento e Picotamento

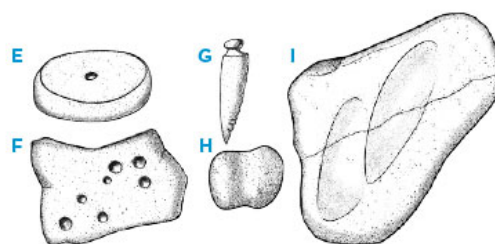


Imagem adaptada de: Prous (1992: 76)

Após esse período de ocupação dos caçadores coletores, a região é ocupada no século IX pelos ceramistas agricultores que vivem em grandes aldeias que tem como marca material a tradição oleira para cozimento e práticas rituais. Essas aldeias ficavam nas margens dos rios goianos Paranaíba, Corumbá, Meia Ponte e rio dos Bois e Alto rio Araguaia.

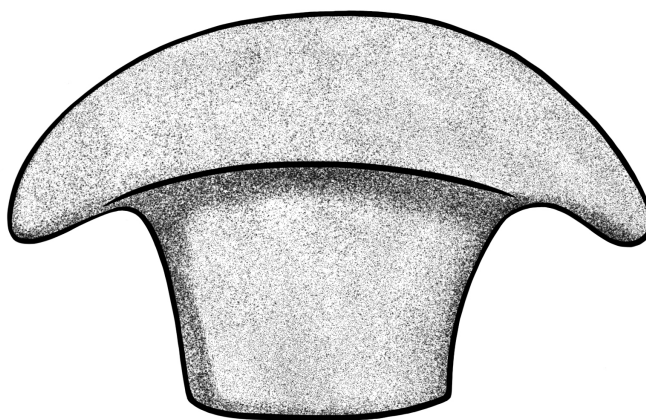
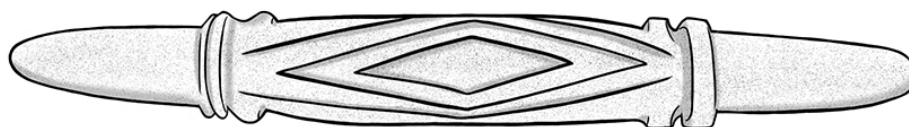


Imagem adaptada de: Wust (2011: 21)



Fonte: Wust, (2011: 25)

Além dos artefatos líticos e cerâmicos, o patrimônio arqueológico é composto ainda pelo conjunto de pinturas rupestres e petróglifos.

Verificar imagens em :

https://www.google.com.br/search?q=pinturas+rupestres+em+goias&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=I6_GU8K8GOvgsATv9ID4AQ&ved=0CB4QsAQ&biw=1366&bih=653 consultado em 16 de julho de 2014.

Sugerimos os seguintes sites com imagens fixas e movimentos que podem complementar os estudos do tema.

- NUTA – Núcleo Tocantinense de Arqueologia - UNITINS
<http://www5.unitins.br/nuta/GaleriaVideo.aspx>
- IGPA – Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia – PUC-GO
<http://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/acervos/acervo-de-arqueologia/>
- IPHAN – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>
- Museu Antropológico – UFG
<http://www.museu.ufg.br/>

Do ponto de vista da ocupação humana, têm-se os grupos indígenas assim como os grupos africanos.

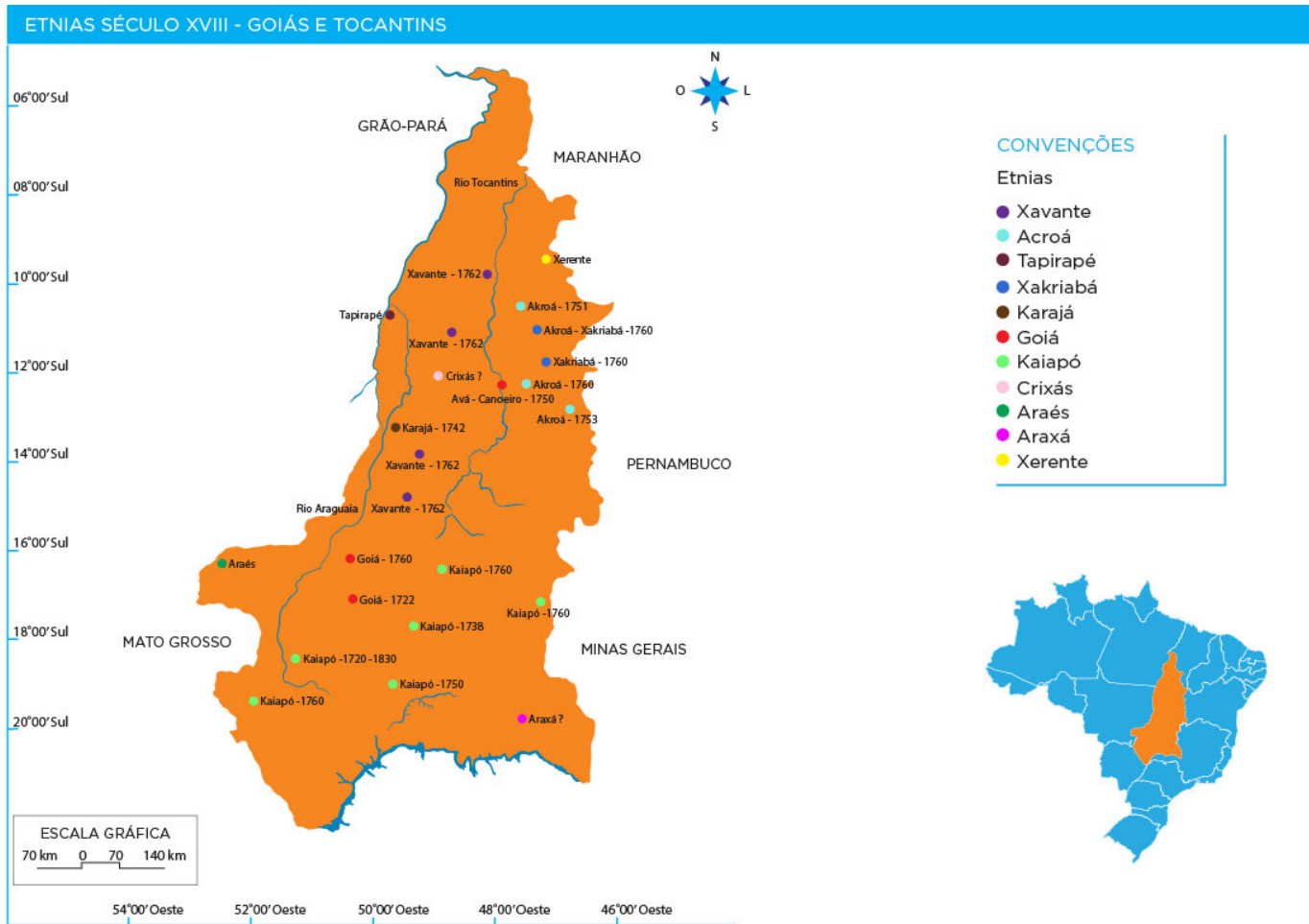


Imagem adaptada de: Rocha e Moraes, (2001:31)

Mais imagens

Fonte: <http://img.socioambiental.org/v/publico/ava-canoeiro/>

Fonte:

<http://img.socioambiental.org/v/publico/tapuio/Carretao+Ana+Borges+setembro+2009.jpg.ht>
ml



Casal de Karajá e sua neta na aldeia Santa Isabel do Morro (TO), 2010.
Autor: Manuel Ferreira Lima Filho (reprodução proibida, apenas para fins didáticos neste texto).



Mae e filho karaja, aldeia Buridina, Aruanã-Goiás (2012)

Autor: Manuel Ferreira Lima Filho (reprodução proibida, apenas para fins didáticos neste texto).



Ritxóó – bonecas Karajá – patrimônio imaterial brasileiro

Foto: Manuel Ferreira Lima Filho, 2012

Mais imagens

Krahó do Tocantins

Fonte: http://img.socioambiental.org/v/publico/Kraho/kraho_3.jpg

Xerente do Tocantins

Fonte: <http://img.socioambiental.org/v/publico/xerente/>

ESCRAVOS - GOIÁS E TOCANTINS - 1779 A 1780

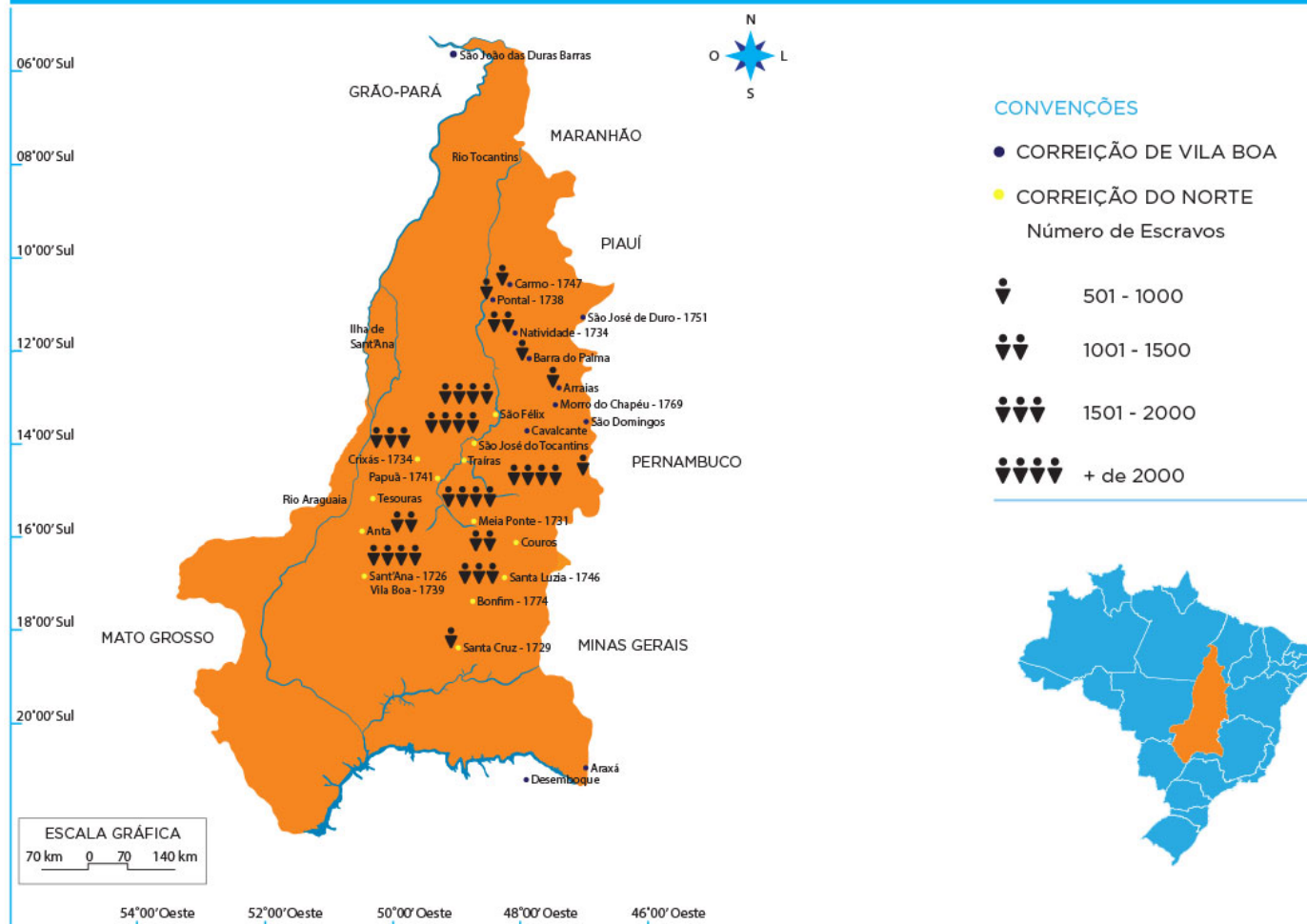
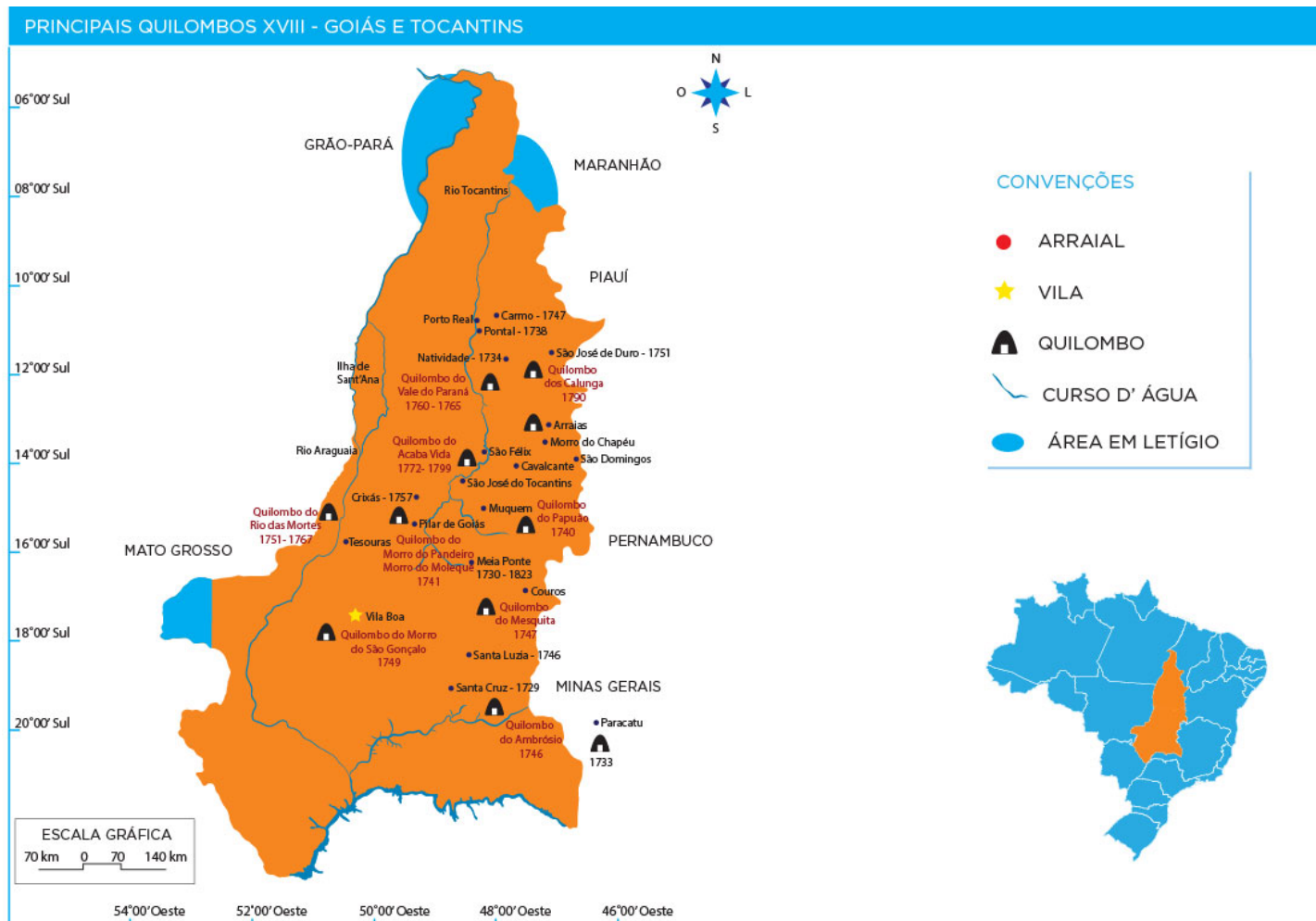


Imagem adaptada de: Rocha e Moraes (2001: 45)



Mais sobre os Kalunga de Goiás

Fonte: <http://quilombokalunga.org.br/cultura/>

Quilombolas registrados em Goiás

Fonte: *Quilombos em Goiás* de Martiniano José da Silva In

<http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/povo-goiano/quilombola>

Acaba Vida: na mesma região de Niquelândia, ocupavam terras férteis e era conhecido localmente, sendo citado em 1879.

Ambrósio: existiu na região do Triângulo Mineiro, que, até 1816, pertencia a Goiás. Teve mais de mil moradores e foi destruído por massacre.

Cedro: localizado no atual município de Mineiros, tinha cerca de 250 moradores que praticam a agricultura de subsistência. Sobreviveu até hoje.

Forte: localizado no nordeste de Goiás, sobreviveu até hoje, tornando-se povoado do município de São João d'Aliança.

Kalunga: localizado no Vão do Paranã, no nordeste de Goiás, existe há 250 anos, tendo sido descoberto pela sociedade nacional somente em fins do anos 1960. Tem 5 mil habitantes, distribuídos em vários núcleos na mesma região.

Mesquita: próximo à atual cidade de Luziânia, estendia sua população para diversas localidades no seu entorno.

Muquém: próximo à atual cidade de Niquelândia e junto ao povoado de mesmo nome, foi notório, mas deixou poucas informações a seu respeito.

Papuã: na mesma região do Muquém, foi descoberto em 1741 e destruído anos depois pelos colonizadores.

Pilar: próximo à cidade de mesmo nome, foi destruído em lutas. Seus 300 integrantes chegaram a planejar a morte de todos os brancos do local, mas o plano foi descoberto antes.

Tesouras: no arraial de mesmo nome, tinha até atividades de mineração e um córrego, inclusive, chamado Quilombo.

Três Barras: tinha 60 integrantes, conhecidos pelos insultos e provocações aos viajantes.

São Gonçalo: próxima à cidade de Goiás, então capital, seus integrantes atacavam roças e rebanhos das fazendas vizinhas.

Comunidades quilombolas do Tocantins

Fonte: <http://jalapao.to.gov.br/quilombolas-do-tocantins/122>

Comunidade Barra de Aroeira

Município: Santa Tereza do Tocantins

População estimada: 350 habitantes.

Comunidade Morro São João

Município: Santa Rosa do Tocantins

População estimada: 270 pessoas

Comunidade do Prata

Município: São Félix do Tocantins

População estimada: 210 habitantes

Comunidade Mimoso de Kalunga

Município: Arraias

População estimada: 225 famílias

Comunidade Lagoa da Pedra

Município: Arraias

População estimada: 150 habitantes

Comunidade Cocalinho

Município: Santa Fé do Araguaia

População estimada: 240 habitantes

Comunidade Malhadinha

Município: Brejinho de Nazaré

Comunidade Córrego Fundo

Município: Brejinho de Nazaré.

Comunidade Redenção

Município: Natividade

Comunidade da Baviera

Município: Aragominas

População estimada: 1.020 famílias

Comunidade Mumbuca

Município: Mateiros

População estimada: 150 famílias

Comunidade São Joaquim

Município: Porto Alegre

População estimada: 240 habitantes

Comunidade Lajinha

Município: Porto Alegre do Tocantins

Comunidade São José

Município: Chapada da Natividade

População estimada: 80 famílias

Comunidade Chapada da Natividade

Município: Chapada da Natividade

Visto essas informações de cunho arqueológico e histórico com algumas imagens dos representantes indígenas nos estados de Goiás e Tocantins, o que se percebe é que seguindo a tradição conceitual do patrimonial visto na primeira parte do curso, ainda temos uma visão mais tradicional dos temas do patrimônio, seja do patrimônio arqueológico, que tem leis específicas, seja dos formadores da nação fortemente baseado na ideia do mito das três raças.

Dessa maneira, temos os seguintes tópicos:

- a) Historicamente o patrimônio cultural goiano, incluindo o antigo território, hoje estado do Tocantins, foi definido seguindo a lógica das políticas patrimoniais da pedra e cal e da excepcionalidade.
- b) Bens Patrimoniais comuns nas mídias e publicações:
 - Casarios, igrejas e monumentos coloniais da cidade de Goiás.
 - Casarios, igrejas e monumentos da cidade Pirenópolis.
 - Casarios, igrejas e monumentos coloniais cidade de Pilar de Goiás.
 - Casarios, igrejas e monumentos coloniais colônias de Corumbá.
 - Casarios, igrejas e monumentos coloniais colônias de Natividade (TO).
 - Casarios, igrejas e monumentos coloniais de Porto Nacional (TO).
 - Conjunto de Art Déco de Goiânia.
- c) Entre as festas se destacam:
 - a) Cavalhadas de Pirenópolis

- b) Semana Santa da cidade de Goiás
- c) A Caçada da Rainha
- d) Festa de Trindade
- e) Romaria de Nossa Senhora da Abadia do Moqué – Niquelândia
- f) Festa de Nossa Senhora do Carmo em Natividade
- g) Festa do Bom

d) Grupos étnicos e sociais:

- Quilombos
- Grupos Indígenas
- Grupos Imigrantes
- Ciganos

Mas é importante estar atento que essa forma tradicional de classificar os patrimônios tem sido questionada por demandas sociais e étnicas que não necessariamente se encaixam nas categorias de excepcionalidade ou de relevância. A noção de patrimônio tem se expandido nos últimos anos como senha de reivindicação de cidadania por grupos subalternos que buscam outras formas de marcação social da diferença, via a noção mesmo do patrimônio para reivindicar seus direitos culturais e sociais, via trilha do patrimônio como forma importante de empoderamento. É o que tenho chamado de cidadania patrimonial.

Nesse sentido, o patrimônio cultural goiano e tocantinense se abre para novas perspectivas, seja no âmbito material ou imaterial, já que tal separação é um falso problema.

Esperamos que esse módulo possa servir de inspiração e de guia para as suas próprias descobertas patrimoniais.

a. Orientação pedagógica:

A partir dos tópicos acima citados, espera-se que o discente faça a sua própria pesquisa mapeando as referências patrimoniais dos estados de Goiás e Tocantins. Por meio de pesquisa na internet e em acervos documentais, fazer o próprio levantamento articulando o patrimônio em sua concepção circular como patrimônio material e imaterial e ainda políticas públicas patrimoniais.

e) Recursos:

- Filme. A festa da fé (A caçada da rainha em Colinas do Sul –Goiás). Brasília, Olho Filme. 2006. 52 minutos.
<http://www.olhoetnofilmes.com/#!festa-da-f/c1rzh>
- Filme. Ritxoko. UFG/IPHAN/Olho Filmes. 2011 . 42 minutos.
- Filme. Brasil Mosaico Cultural. Minc/IPHAN.

Bibliografia Obrigatória.

Spinelli, Céline. (2010). Cavalhadas em Pirenópolis: tradições e sociabilidade no interior de Goiás. *Religião & Sociedade*, 30(2), 59-73. Retrieved July 14, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872010000200004&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0100-85872010000200004.

TAMASO, Maria Izabela. E Relíquias e patrimônios que o rio Vermelho levou...In *Antropologia e patrimônio cultural – debates e desafios contemporâneos* (Organizadores Manuel F. Lima Filho, Cornelia Eckert, Jane Beltrao). Blumenau: Nova Letra. 2007.

Lima Filho, Manuel Ferreira, & Silva, Telma Camargo da. (2012). A arte de saber fazer grafismo nas bonecas Karajá. *Horizontes Antropológicos*, 18(38), 45-74. Retrieved July 14, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000200003&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0104-71832012000200003.

SILVA, Mônica Martins da, História, narrativas e representações na escrita do folclore em Goiás. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005 <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1442.pdf>

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *O Museu das Bandeiras da cidade de Goiás*. IPHAN. [://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=420](http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=420)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões. Pretos, Congos*. Brasília: Ed. UnB. 1977.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira e MACHADO, Laís Aparecida. (Organizadores) *Formas e Tempos da Cidade*. Goiânia: Editora da UCG/Cânone Editorial. 2007.

MESSIAS, Noeci Carvalho. *Religiosidade e Devoção. As festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo em Natividade (TO)*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Historia. Universidade Federal de Goiás. 2010.

http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original_Tese_Noeci_Carvalho_Messias.pdf

PEDREIRA, Antonia Custódia. *As diferentes faces e interfaces do patrimônio. – registros para a preservação da memória*. Palmas: Editora da UNITINS. 2013.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da UnB. 1992.

SILVA, Catarina E. E. da e PARDI, Maria Lúcia. F. A pesquisa arqueológica na Casa da Fundação do Ouro de Goiás (GO). *Dédalo*, S. Paulo, pub. Avulsa, 1: 238-261, 1989.

ROCHA, Leandro Mendes e MORAES, A chegada do Europeu (Goiás Colonial) (Organizador Leandro Mendes Rocha). Goiânia: CECAB, 2011.

TAMASO, Izabela Maria. Em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007. 787 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TELES, Gilberto Mendonça. *A literatura oral em Goiás*. Goiânia. Imprensa Universitária da Universidade de Goiás. 1964

WUST, Irmhild. A ocupação de Goiás antes da chegada do Europeu (Goiás pré-colonial). *Goiás pré-colonial e colonial* (Organizador Leandro Mendes Rocha). Goiânia: CECAB, 2011.